

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJe, realizada no dia 14 de julho de 2017, às 09:30 horas, no 9º andar do prédio-sede do TRT/RJ, conforme convocatória expedida por solicitação do Presidente do Comitê Gestor.

Assuntos Tratados e Decisões Tomadas

Os presentes estão devidamente identificados na lista que segue em anexo e que é parte integrante desta ata. Registram-se as justificativas de ausências do Desembargador Théocrito Borges dos Santos Filho, dos Juízes Epílogo Pinto de Medeiros Batista e Luciano Moraes Silva e dos servidores Gilmar Silva Batista e João Machado Fonseca Neto.

O Desembargador José Luís Campos Xavier abriu os trabalhos solicitando que os novos integrantes do Comitê, Teresa Cristina d'Almeida Basteiro, Aline Torres Filippo, Eliete Duarte Pinto e Verônica Martins, se apresentassem. Os demais integrantes, bem como os representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), também se apresentaram.

O Desembargador Presidente esclareceu que a nova composição é decorrente das novas determinações emanadas da Resolução 185/2017.

Aprovada por unanimidade a ata da sessão anterior.

Os advogados da CEF trouxeram a questão das intimações, que hoje são realizadas via sistema. Eles desejam que seja feita pelo Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT).

Cesar Eduardo Fueta de Oliveira alegou que nunca foi intimado via sistema, sempre pelo DEJT. Têm perdido prazo por causa disso. Não desejam que a CEF seja descadastrada como procuradoria, alegando que, caso algum advogado saia de férias, outros poderão ter acesso. Este foi o requerimento realizado em 2013 ao Desembargador Cesar Marques Carvalho, Presidente do CGRPJe à época.

Aline Torres Filippo falou que, na Procuradoria Geral do Estado, a intimação via sistema tem funcionado; quando há problema, basta entrar em contato com o TRT, que os tem resolvido.

Foi esclarecido à CEF que é possível a habilitação de advogados em partes que se encontram no polo passivo. Os advogados asseveraram, ainda, que não estão recebendo intimações no 2º grau. O assunto foi esclarecido com o servidor da CASJ, Marcelo Akersztejn. De toda sorte, os representantes da CEF enviarão e-mail para o comitê com os requerimentos.

Ana Amélia Menna Barreto trouxe a questão da advogada que impetrou ação de cobrança com a classe Ação de Cumprimento e teve os processos extintos com cobrança de custas. Não deveria haver condenação de custas. Será encaminhada orientação às varas dizendo que as ações de cobrança e as anulatórias deverão ser autuadas como classe RTOrd em 1º grau.

Clarissa Costa reiterou a falta de recibo eletrônico de protocolo de petições. Também foi citado que não é publicada a listagem de processos distribuídos em 2º grau.



Além disso, a conexão de recursos não tem sido observada. Será elaborado pedido à corregedoria para que as secretarias de vara coloquem expressamente na certidão de admissibilidade que há processo(s) conexo(s) àquele que está sendo remetido.

Será incluído o tipo de petição Aditamento/emenda – Apresentação, a requerimento da OAB.

Requeru também que sejam publicadas as atas do CGRPJe no portal e que, no item A2 da página de Problemas comuns e orientações, seja trocado o termo “OAB Digital para Fique Digital.

Eliete Duarte Pinto lembrou que não são expedidos mandados para sessão de julgamento pelo sistema. O problema é antigo e será reiterado ao CSJT.

Também asseverou que as comunicações para entes públicos têm sido feitas por mandado e não via sistema. Lorena Barroso esclareceu que a Secretaria Geral Judiciária está trabalhando para que seja reduzida a expedição de mandados em processos eletrônicos.

Solicitou que os mandados viessem em ordem cronológica de chegada no painel oficial de justiça.

Comentou, também que a página de redistribuição volta para a primeira página após ela ser feita. Juliana esclareceu que isto foi resolvido na issue [PJEJT-49719](#) e que virá em versão futura.

As audiências marcadas têm aparecido nos mandados. Porém, audiências de outro Estado, em que o mandado é expedido em Carta Precatória não aparecem. Foi sugerida melhoria para que o usuário de Vara do Rio de Janeiro possa de alguma maneira assinalar que há audiência para que conste esta informação no mandado.

Teresa Cristina d’Almeida Basteiro está contente com o funcionamento do PJe e do MNI e disse que o SAOPJE tem funcionado para os procuradores.

Lorena Barroso criticou a retirada dos seguintes fluxos da liquidação:

- Controle de pagamentos - Liq
- Cumprimento de acordo ou pagamentos - Liq
- Encaminhar ao posto avançado - Liq
- Redistribuir - Liq
- Registrar obrigações de pagar - Fazer - Liq
- Remeter ao 2º Grau - Liq
- Sobrestamento - Liq

Nestes casos, os usuários serão obrigados a iniciar a execução, gerando dados falsos para o e-Gestão e incoerentes com a marcha processual. A issue [PJEJT-51302](#) trata sobre o assunto. O Desembargador Presidente verificará esta questão com a Coordenação Nacional.

Rogério Silva Carneiro abordou a orientação da versão 1.15 de que a classe Arguição de Inconstitucionalidade fosse configurada com o código 1178. O e-Gestão ainda contempla a classe com o código 216, o que implicaria que os processos desta classe não teriam seus dados estatísticos computados. Deliberou-se que se continuará utilizando o código 216 até que sejam alteradas as orientação do e-Gestão.

Apresentou também a orientação do setor técnico de implantar o SIF (Sistema de Interoperabilidade Financeira) inicialmente em uma ou duas varas do trabalho. Serão contactadas a 40ª VT e a 62ª VT para verificar se tem interesse em serem as varas piloto.

Aprovado pedido da SST de inserção de que sejam encaminhados problemas e dúvidas ao e-mail pjeapoio@trt1.jus.br na página do pedido de preferência no 2º grau.

O Desembargador José Luís Campos Xavier deu a notícia da implantação do Aplicativo JTe, do novo portal do PJe e da instalação da versão 1.15.0.1, que trouxe de volta o sumário do PDF baixado. Também citou que é meta do Presidente Fernando Antônio Zorzenon de que o acervo físico seja transformado em digital.

Os ofícios atinentes às deliberações extraídas das reuniões do comitê deverão ser encaminhados a todos os integrantes por e-mail.



José Luís Campos Xavier

Presidente do Comitê Gestor do PJe-JT

Rogério Silva Carneiro

Secretário